

22/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 612.458 RIO  
GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS GUARITA DE TORRES</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MAURO EDUARDO VICHNEVETSKY ASPIS E OUTRO(A/S)</b>

#### **EMENTA**

**Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário. Não há contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada. Precedentes.**

1. O acórdão ora embargado não padece dos vícios previstos no art. 535 do Código de Processo Civil.
2. Embargos de declaração rejeitados.

#### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 22 de setembro de 2015.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

22/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 612.458 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS GUARITA DE TORRES</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MAURO EDUARDO VICHNEVETSKY ASPIS E OUTRO(A/S)</b>

## **RELATÓRIO**

### **O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Cuida-se de tempestivos embargos de declaração opostos pelo Estado do Rio Grande do Sul contra julgado do qual fui relator para o acórdão, haja vista que, ao divergir do excelentíssimo Ministro **Marco Aurélio**, proferi o voto vencedor no qual reputei estarem devidamente prequestionados os dispositivos constitucionais suscitados no recurso extraordinário interposto pela ora embargada, Companhia de Empreendimentos Turísticos Guarita de Torres.

O referido acórdão foi assim ementado:

**“Agravamento regimental no recurso extraordinário. Processual. Prequestionamento. Demonstração. Artigos 5º, inciso XXIV, e 100, § 2º, da Constituição Federal. Matérias prequestionadas. Oposição dos necessários embargos de declaração, com o fito de trazer matéria constitucional à baila. Respeito aos princípios do devido processo legal e da razoabilidade. Agravamento regimental provido.**

1. Surgida a questão constitucional no momento em que proferido o julgado recorrido, a interposição pertinente de embargos declaratórios satisfaz a exigência do prequestionamento, ainda que não seja devidamente suprida

**RE 612458 AGR-ED / RS**

pelo Tribunal de origem a omissão apontada.

2. O prequestionamento foi efetivado, conforme exigências do art. 541, inciso II, do CPC; do art. 102, inciso III, da CF e do art. 321 do RISTF, inclusive com a indicação do dispositivo que o autoriza e dos preceitos da Carta da República infringidos na prolação do acórdão impugnado, não podendo exigir do recorrente que obrigue o Tribunal **a quo** a se manifestar sobre sua tese.

3. Provido o agravo regimental para - nos exatos termos em que atacou a monocrática, ou seja, pelo conhecimento do recurso extraordinário, por ter sido a matéria prequestionada – devolverem-se ao Ministro Relator as demais questões pertinentes ao extraordinário.”

Aduz, a embargante, **in verbis**, que,

“[p]or maioria, essa Colenda Turma proveu o agravo regimental, nos termos do voto e. Ministro Dias Toffoli, redator para o acórdão, para ‘nos exatos termos em que atacou a decisão monocrática, ou seja, pelo conhecimento do recurso extraordinário, por ter sido a matéria prequestionada – devolvendo-se ao nobre Ministro Relator as demais questões pertinentes ao extraordinário.’

Ocorre que, com a devida vênia, embora tenha referido que o agravo regimental era acolhido “nos exatos termos em que atacou a decisão monocrática”, tal decisão é contraditória, porquanto, na conclusão, conhece do recurso extraordinário pelo prequestionamento, quando, em realidade, consoante observado nas contrarrazões ao agravo regimental apresentadas pelo Estado, a despeito de ser considerada como prequestionada a matéria debatida, em face da aplicação de precedentes dessa Corte Constitucional, ignorou que existem outros óbices aptos a ensejar o não conhecimento do recurso.

(...)

Embora possa se entender que, no momento em que o acórdão determinou a devolução ‘ao nobre Ministro Relator as

**RE 612458 AGR-ED / RS**

demais questões pertinentes ao extraordinário', estaria autorizando a verificação quanto à existência dos demais óbices ao conhecimento do recurso, o fato é que constou expressamente da decisão ora embargada que o agravo fora provido para que houvesse "o conhecimento do recurso extraordinário por ter sido a matéria prequestionada", o que pode ensejar a interpretação de que restaria ultrapassada a fase do conhecimento recursal".

É o relatório.

22/09/2015

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 612.458 RIO  
GRANDE DO SUL

## VOTO

### O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Não merece prosperar a irresignação.

Ao contrário do que alega a embargante, o julgado embargado não incorreu em contradição. Ressalte-se que a contradição que autoriza opor o recurso declaratório deve ser interna à decisão, verificada entre os fundamentos do julgado e sua conclusão, o que não ocorreu no caso em tela.

Com efeito, toda a fundamentação do voto ora impugnado foi tão somente no sentido de ver afastada a premissa da ausência de prequestionamento, que, aliás, foi também o único argumento trazido na petição do agravo regimental manejado pela ora embargada. Exatamente por essa razão constou expressamente da parte dispositiva do julgado embargado o seguinte:

“Ante o exposto, voto pelo provimento do agravo regimental - nos exatos termos em que atacou a decisão monocrática, ou seja, pelo conhecimento do recurso extraordinário, por ter sido a matéria prequestionada –, devolvendo-se ao nobre Ministro Relator as demais questões pertinentes ao extraordinário.”

Desse modo, é certo que todas as questões, à exceção da ausência de prequestionamento que foi expressamente afastada por esta Primeira Turma, foram devolvidas à análise do Ministro Relator do recurso extraordinário.

Anote-se, ainda, que o julgado embargado não incorreu em omissão, tendo o órgão julgador decidido, fundamentadamente, nos limites necessários ao deslinde do feito.

**RE 612458 AGR-ED / RS**

Da mesma forma, o acórdão não é obscuro, pois a ele não faltam clareza nem certeza quanto ao que foi decidido.

Assim, não estando presente nenhuma hipótese autorizadora da oposição do recurso declaratório, rejeito os presentes embargos de declaração.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 612.458**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**

EMBTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMBDO.(A/S) : COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS GUARITA DE TORRES

ADV.(A/S) : MAURO EDUARDO VICHNEVETSKY ASPIS E OUTRO(A/S)

**Decisão:** A Turma rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Edson Fachin. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luiz Fux. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 22.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Roberto Barroso e Edson Fachin. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luiz Fux. Compareceu o Senhor Ministro Dias Toffoli para julgar processos a ele vinculados, assumindo a cadeira do Senhor Ministro Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odin Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma